

24 horas

Conselho de Estado diz não aos 5 por cento

MEC diz não aos 5 por cento de aumento salarial dos funcionários públicos. O Conselho de Estado, ao analisar o projeto de lei, decidiu não aprovar o aumento.

Órgão novo: Conselho do Exército

INSTITUIÇÃO criada e participada da chefia de Estado, o Conselho do Exército terá como objetivo a coordenação e a fiscalização da administração do Exército. O órgão será formado por 12 membros, incluindo o chefe de Estado.

Preços de jornais

Os preços dos jornais em circulação em Portugal são os seguintes: Diário da Manhã, 100 escudos; Diário da Noite, 100 escudos; O Público, 100 escudos; O Jornal, 100 escudos; O Expresso, 100 escudos.

Aumentam impostos sobre automóveis

Os impostos sobre automóveis em Portugal são os seguintes: Imposto de Matriculação, 100 escudos; Imposto de Consumo, 100 escudos; Imposto de Transferência, 100 escudos.

Table with 2 columns: Anos de serviço, Valor em Escudos. Rows: 0-5, 6-10, 11-15, 16-20, 21-25, 26-30, 31-35, 36-40, 41-45, 46-50.

Autonomia administrativa para o Algarve

O Conselho de Estado aprovou a autonomia administrativa para o Algarve. O projeto prevê a criação de um governo regional e a transferência de competências para o nível local.

Sá Carneiro em Washington

Sá Carneiro viajou para Washington para uma reunião com o presidente dos Estados Unidos. O encontro abordou questões de cooperação internacional e desenvolvimento.

"Tempo Novo"

O "Tempo Novo" é um movimento cultural e político que visa a renovação da sociedade portuguesa. O grupo promove debates e atividades culturais.

Novos jornais

Dois novos jornais foram lançados em Portugal: "O Tempo" e "O Dia". Ambos os jornais oferecem notícias e análises locais e internacionais.

Ajudantes de farmácia definem posição

Os ajudantes de farmácia em Portugal definiram a sua posição perante o Estado. Eles exigem melhores condições de trabalho e reconhecimento profissional.

O "EXPRESSO" a 75\$0

O preço do "Expresso" é agora de 75\$0. Esta redução visa tornar o jornal mais acessível aos leitores e promover a circulação de ideias.

Expresso

DIRETOR: FRANCISCO PAVO BALBUENA. END: Rua Diário de Notícias, 20, 1.º e 2.º. TELEFONO: 509012-57800 LISBOA

Crise no Ministério da Educação e Cultura:

Primeiro-ministro recebe representantes dos partidos da coligação

O primeiro-ministro recebeu os representantes dos partidos da coligação para discutir a crise no Ministério da Educação e Cultura. O encontro abordou as medidas necessárias para resolver o impasse.

Portugal - Argélia relações diplomáticas para Fevereiro

Portugal e Argélia acordaram estabelecer relações diplomáticas em fevereiro. O acordo prevê a abertura de embaixadas em ambas as capitais e o início de negociações bilaterais.

Relatório do Ministério da Educação e Cultura sobre o estado da educação em Portugal. O documento destaca os desafios e as prioridades para o próximo ano.

Atualização das relações diplomáticas de Portugal com outros países. O texto menciona negociações em curso com diversos Estados e o fortalecimento da diplomacia portuguesa.

Cartão promocional: Garanti o cidadão e coletoristas a opção política. Págs. 4, 5, 6. Tema: eleições e mudança de destino.

Cartões promocionais: O S. Tomé do acordo pode ser emoldurado no subimperialismo Zaireense e C. A. Lda. Médio Oriente: Nova dimensão de um antigo conflito. Festival Internacional de Jazz de Cascais.

Exército de mercenários organizado na Suíça para combater em Moçambique

Um exército de mercenários foi organizado na Suíça para combater em Moçambique. O grupo é liderado por um ex-comandante da Força Armada Portuguesa e pretende atuar no sul do país.

Câmaras de Lisboa e Setúbal discordam da reestruturação das autarquias locais

As câmaras municipais de Lisboa e Setúbal discordam da reestruturação das autarquias locais proposta pelo governo. Elas defendem a manutenção do atual modelo de organização.

Especialista em crimes de Estado de Ibero

Um especialista em crimes de Estado de Ibero foi convidado para uma conferência em Portugal. O palestrante abordará os aspectos jurídicos e políticos desses crimes.

Congresso devesse abordar o mundo

O congresso devesse abordar o mundo, segundo os participantes. O encontro discute os desafios globais e a necessidade de cooperação internacional.

Relatório sobre a situação política e social em Portugal. O texto analisa os desafios da democracia e o papel da sociedade civil.

Anúncio de um relógio Audemars Piguet. O texto destaca a precisão e a elegância da marca, com o slogan 'Le plus prestigioso dos relógios'.

24 horas em notícia

Conselho de Estado diz não aos 5 por cento

REUNIDO ontem em Belém, o Conselho de Estado deliberou, por maioria, rejeitar o art.º 12.º da Lei Eleitoral, que previa a não representatividade na Assembleia Constituinte de Partidos que não obtivessem 5% do eleitorado.

Órgão novo: Conselho do Exército

INSTITUCIONALIZADA a participação dos oficiais do Exército no seio das Forças Armadas Portuguesas, foi criado o Conselho de Exército, constituído por cerca de 150 oficiais.

Pertencem-lhe alguns membros por inerência, os membros da Comissão Coordenadora e membros eleitos nas regiões militares.

Os observadores políticos atribuem grande importância à criação deste órgão, feito por determinação do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Carlos Fábila.

Preços de jornais

TEM PROSSEGUIDO os seus trabalhos a Comissão que se encontra a apreciar o problema do preço dos jornais diários, e a que pertencem representantes da Associação Livre da Imprensa (ÁLIA), do Sindicato dos Jornalistas, bem como do Ministério da Economia e da Comunicação Social. Embora se encontrem adiantadas as diligências para a elevação do preço dos jornais, designadamente diários, parece que o Sindicato dos Jornalistas se opõe ao aumento, com o argumento de que as empresas jornalísticas só se encontram em dificuldades económicas pela forma como são geridas.

Aumentam impostos sobre automóveis

VÃO SER aumentados, nalguns casos, em 100% os impostos atuais sobre os veículos automóveis.

Assim, os impostos passarão a ser os seguintes:

Automóveis até 5 anos	Mais de 5 anos
até 1000 cm ³ — 500000	250000
1001 a 1300 — 1 000000	500000
1301 a 1750 — 1 600000	600000
1751 a 2250 — 3 000000	2500000
mais de 2250 — 10 000000	5 000000

Autonomia administrativa para o Algarve

UM PROJECTO-piloto para a descentralização administrativa do Algarve está a ser planeado por toda a região sul do país e será regulamentado por decreto enviado a Conselho de Ministros, revelou ontem o subsecretário da Administração Interna em sessão das Reuniões Inter-Câmaras de Lisboa e Évora.

O estudo administrativo, que visa aplicar ao Algarve o novo tipo de gestão pública, considera as características próprias da região sob os pontos de vista histórico, económico e social e terá como responsável directo da experimentação um alto-comissário nomeado pelo Governo, com poderes acumulados em representação dos departamentos estatais que regem a Habitação e o Turismo.

Esta experimentação inédita será aplicada à região algarvia em primeiro lugar por se considerar aquela província a que reúne melhores condições actuais para este tipo de ensaio, condições que se agudizaram recentemente com a crise do turismo que viveva.

Sá Carneiro em Washington

PARTE amanhã para Washington, a convite do governo americano, Francisco Sá Carneiro, secretário-geral do PPD.

Sá Carneiro chefiará uma delegação do Partido em que se integram Francisco Pinto Balsemão, Rui Machete e Hernâni Lopes, e que terá contactos com membros do Governo, senadores, meios sindicais e jornalistas americanos. A delegação terá também conversações com o secretário-geral da ONU, os Presidentes da FAO e da U. N. D. P.

"Tempo Novo"

O SEMANARIO "Tempo Novo" não reaparecerá tão depressa — segundo uma circular assinada pelo seu director José Hipólito Raposo, enviada aos assinantes acionistas e a alguns leitores. O jornal "Tempo Novo" tinha sido suspenso pela Comissão "Ad Hoc" para a Rádio Imprensa e Televisão por 60 dias, tendo sido a suspensão a 15 de Novembro.

Novos jornais

O JORNAL diário da manhã "Tempo" aparecerá no próximo dia 18 de Dezembro, depois de mais de dois meses de inactividade. Dirigido por Nuno Rocha, a custa 5000.

Também se encontra prestes a sair o órgão oficial do CDS Democrata 74.

Ajudantes de farmácia definem posição

EM ASSEMBLEIA GERAL que se realiza hoje, no Porto os ajudantes de farmácia de nove distritos do Norte decidiram qual a atitude a adoptar face à proposta da Associação Nacional das Farmácias sobre a revisão salarial. Contra a proposta do sindicato de aumento para 7500 escudos do escalão máximo de vencimentos, os patrões propõem um ordenado de 6500. O mesmo para os outros dois escalões.

Uma outra reivindicação que não foi aceite pelos proprietários das farmácias foi a de abolição do deprimimento sem justa causa.

Há cinco meses que se arrasta a discussão destes problemas, o que é de esperar uma tomada de posição decisiva na Assembleia de hoje.

A inaceitável lentidão do Governo Provisório

O NATAL que se avizinha será provavelmente o primeiro momento de uma nova fase da vida nacional que se afigura muito complicada.

Em 1974, a inflação deverá atingir os 33%, o que significa que são agora necessários 133 escudos para comprar o que em Janeiro custava 100. Os salários aumentaram, mas nem sempre na mesma proporção. O «deficite» da balança de pagamentos será da ordem dos 15 milhões de contos e a balança comercial de 45 milhões. O escudo ainda não foi oficialmente desvalorizado, mas já custa mais caro em muitos países estrangeiros.

A dramática falta de estatísticas actualizadas impede a obtenção de uma imagem clara de outros indicadores. Presume-se, no entanto, que o desemprego excederá os 100 000 e que existem largas dezenas de empresas em situação de latência ou aproximando-se perigosamente dela.

Como o têm acentuado membros do Governo, Portugal não se encontra no caos económico que certa imprensa estrangeira apregoa e tem sabido, até agora, superar, pelo menos psicologicamente, uma crise generalizada, que muitos, dentro e fora do país, previam, com mais ou menos argumentos científicos, para Setembro-Outubro. Assinala-se também que não há dúvida de que todo o mundo ocidental, onde geograficamente nos inserimos, enfrenta sérias (e, por enquanto, não utrapassadas) dificuldades de ordem económica e financeira.

Alguns factos relacionados com a época festiva que se aproxima — e sobretudo com o período que imediatamente se lhe seguirá — poderão, no entanto, precipitar uma crise que ninguém deseja. Por um lado, a impossibilidade em que muitas empresas se encontrarão de pagar o 13.º mês. Por outro, se o ano escolar universitário começar, em Janeiro, cerca de 15 000 alunos ficarão «desempregados» por falta de acesso ao ensino superior (se não principiar, o problema será ainda mais grave). Além disso, por erros passados das administrações e por força das circunstâncias, a falta de liquidez dos bancos é flagrante.

Esta situação conjuntural poderá tornar-se explosiva em Janeiro, com confrontações nas empresas e nas Universidades, fortes tensões sociais em quase todos os aspectos e o engrossar da bola de neve inflação-desemprego.

Entretanto, continua a aguardar-se a divulgação do programa de emergência cuja elaboração foi cometida a um grupo chefiado por Melo Antunes. Tanto quanto se desprende dos comunicados, o Governo ainda nem sequer discutiu (por falta de tempo?) as linhas gerais desse documento. A sua pormenorização, as medidas concretas a curto e médio prazo (pensa-se que será um plano a três anos) dependem da aprovação das linhas gerais. O compromisso de assumir pelos partidos — compromisso que se existir, se estende para além de todas as eleições de 1975 — também não pode logicamente ser obtido. O Orçamento para o ano próximo está igualmente relacionado com a aprovação do programa económico de emergência e não pode ser discutido separadamente.

Estamos no começo do mês de Dezembro. Se partirmos do princípio de que uma crise generalizada só interessa aos inimigos do 25 de Abril, o mínimo que se pode dizer é que é inaceitável a lentidão do Governo na tomada de decisões, no plano social em geral e no plano económico em especial.

Leitão, Fernanda

As voltas que a memória dá

Fernanda Leitão

ANTIGAMENTE os patrões da política não tinham graça nenhuma, eram mesmo suas mãos fechadas na torre do ministério e a gente que se juntava a advinhar. Nem se divertiam nem deixavam as pessoas divertirem. O Salazar, com aquela mania de ter casado com a Nação, não ao cinema é? O tomaz, quando saía à rua e esteva à mão ao longo para passar do lenço, era sabido que lhe saltava logo uma tesoura para cortar a fita. O Marcello, tirando-se beijoteiro, o mais que se permitia foi numa ocasião ter levado numa orelha ao coló. Diferente pensava para o passado e é um descontrolado! E depois, não tinham apresentação nenhuma até parecia

Até a outra coisa! O Povo abre o jornal e olha para a televisão e fica revoltado. Cada rapagão mais ou menos patético, de lindas barbas e sorriso modor, a falar bem e depressivo! E não são verdadeiros pé de chumbo como eram os outros, aliá para lá, então hoje aqui e amanhã no cabo do mundo, tratam eles apáticos e todos os dias nos explicam tudo, mas ali tudo explicado como deve ser, só fica com dúvidas quem for mesmo mesmo mal acabado. Nem sei como as jornalistas dão vicinismo a tanta coisa? até que então temos aquele despacho, bem verdade, a falar tudo quanto é língua estrangeira, gente que vem para o topo da rua sem medo, que come, bebe e canta.

Canta, pois. Ainda há dias, quando ali esteve o senador Kennedy, até vinha a fotografia nos jornais: um ministro à guitarra, outro à viola, outro a cantar, vários outros a violar e a cantar sem demonstração nenhuma, desde o PC ao CDS. O Mister, via-se mesmo pela cara, até estava banizado. Pois que lhe tenha feito a guitarrada mesmo bom proveito e que faça favor de dizer lá na América como é que deve ser uma democracia, para que se acabem as intrigas. Figue ele e o outro sabendo que a gente anda a tirar a barriga de mistérios, que é devido as castigas ao "Último Touro", e bem queremos nós saber se há desemprego e se a vida está mesmo cara. Para nós, e ninguém

tem nada com isso, não há nada que chegue a um bom fado.

Sempre assim foi e não há razão nenhuma para assim deixar de ser. Estou-me a lembrar duma redigência passada há uns bons anos, na Faculdade de Medicina de Lisboa, contigo e uma rapagada que tal como eu, era de África e tinha estudado em Tomar. Éramos uns simplórios, como se calcula, e todos muito boas graças, não desfazendo em ninguém. Estávamos há pouco mais de um mês em aulas quando, ainda mal tínhamos tirado a remedia dos livros, fomos entregues a uma caquetista do PC, uma cachorra do S.D. ano que era do despacho em pessoa. Nós cotitados, pobres bratos nascidos na seiva e educação na parvidade, a bem dizer tínhamos aprendido à doutrina sózinhos e, como se desprende, tínhamos stria dúvidas. Ingerimos de todo, pusemos essa dúvida a dois mestres que havia cá em Tomar e eles ficaram beras conscientes, se a gente estava a pôr a mercadoria em causa e que aquilo lá no Partido não era o da Jesusa, era coisa de cretós ou merres. A gente deixou a resposta para a conta do mau feito que eles tinham, e graças a Deus ainda se guardando-se para melhores dias.

Bem se pode imaginar quanta esperança passamos na catequista, que ainda por cima passava por ser a mais competente daquelas bandas. Fomos ouvindo respectivamente e um dia, fados em que perguntar não ofende, lá pusemos nós as dúvidas na berlinda. Ela pai, a catequista mandou-se ao ar, até falou mal e, categoricamente, tuftas, fez como os outros que a gente já conhecia: deu-nos lá cara com o dogma da unidade. E claro que não nos pusemos a chorar por causa disso. Como eramos de cá e a catequista até parecia boa rapariga, não brigámos. Calámo-nos, muito caladinhos, a fazer de conta que não era nada conosco, sempre à espera de melhores dias. Por acaso dali a pouco tivemos os piores dias, um grande arrieto de polícia a cercar a cidade universitária, as agulhas da água à darrem-nos banho de borra, gente para cozer e

da regra e... o Marcello a demitir-se. Quando ele nos deu esta notícia um dos talos do mentir-guacou-me o olho e disse-me: "O tipo ganhou agora o lugar de Primeiro Ministro". E este era um daqueles a quem Salazar, alhamente, nos discursos chamava "bandoleiros", toda a gente chamava "burras", e, mais tarde, o Marcello passou a chamar "guerrilheiros", numas conversas que costumava ter com a família dele. No primeiro dia de greve, estovemos sentar-nos todos no chão e dali não arredamos até nos parecer. A rádio Moscovo, nessa noite, disse que os estudantes de Lisboa tinham tomado conta da universidade e que o Marcello tinha distribuído bananas a malta... Essa das bananas é que a gente gostou mais, embora nunca chegassem a saber se era uma forma delicada de nos chamar macacos. Mas nos dias que se seguiram a fruta foi outra: castanha. Pois, o costume. Não se pode ser estudante em freguesia nenhuma acham logo que cachopelos é para bater. Não, os tal, quando nos vimos quando nos vimos estroviados nas sarrafusca, disseram que não os abateu-assimilou por não acharmos com categoria para dar autografos, e fomos para a construção civil: tijolo e pedra era conosco. A catequista, contada, andava mesmo depressiva. E depois, como toda a gente sabe, a briga estudantil tornou-se o quotidiano e, tenho lá, continua.

Isto de brigas que entram pelos anos fora obriga a uma adaptação, por vezes a irrigas. Foi um desses momentos de relativa calma que em Medicina os do último ano levaram a cena, no Monumental, uma revista mais afada que uma nauvira de borra. Estava o Prof. de Anatomia Descritiva, para se jubilar e anunciar-se um concurso animado, com três candidatos: O Dr. Atavado Ferreira (o preferido da malta), o Dr. Carlos Pereira (que, por ter tapas era chamado "Pica-Pica") e o Dr. Vasco Perfeito Valente Bruto da Costa, um grande investigador científico. Mas, não quero ouvir ralhins que cu não é para a mangar. Aquilo para a investigação nem havia outro,

até descobria um músculo, o pé-terrenal. E escreveu um livro a contar como foi. Se nós nunca demos com o músculo no cadáver, foi porque éramos uns refinados burros. Ora, logo nós havíamos de deixar passar esta em branco... No ensaio geral rebentou a bomba: entrou no palco um, todo desfarrado à Bruto da Costa, a dizer que vinha das "jornadas médio-alcoólicas de Lisboa" e se propunha lutar pela cadeira do fado, porque era um grande fadista. (Se ele agora tem jeito para médico não sei, mas era muito jeito para imitação). Logo a seguir a este, entraram mais dois desfarrados dos outros candidatos ao concurso. E então o primeiro, muito sério, anunciou que acompanhado à guitarra pelo Armando Ferreira e à viola pelo Pica-Pica, ia cantar o fado "Não seja frute". Era a história do pré-terrenal, está-se mesmo a ver... a calado o Carmo e a Trindade. Olhem, o certo é que o candidato não se apresentou a concurso. E aqui para nós foi um sábio.

Entre troia e fadão, dias bons e dias maus, lá se foi vivendo. Uns ficaram pelo caminho, outros acabaram o curso, os tal da minha sócia acabaram por se estabelecer com fogo de artifício na Tancinha Branca, etc. Muitos anos depois e por acaso também numa sarrafusca, encontrei a nossa velha caçatista. Estava de serviço à construção metálica (outras tempos) e, perante o meu pasmo, vociferou-me aquele despacho que Deus lhe deu: "Vocês é que tinham razão, os do PC são uns traidinhos!". E eu, que tinha até pensado para a mesquinha, esse gosto por deitar água na fervura, sempre lhe fui dizendo: "Oh rapariga, lá porque te desamarcas de sócia também não é razão para angariar! Ela, traidinha não é, mas lá que gostam de se meter a sua galguita, isso gostam. Mas também, cotitados, estão velhos, o que é que tu queres? A velhice tudo traz, até "ogreirra".

A mesquinha só me parece as noras de beira do rio, os alcacuzes sempre a rodar, os alcacuzes sempre a deitarem água dia e noite. Vejam lá do que eu hoje me havia de lembrar!

Francisco Carneiro
Marcelo Rebelo de Sousa

O balanço de um Congresso

Marcelo Rebelo de Sousa

1 — O 1.º CONGRESSO Nacional do PPD foi um dos principais acontecimentos da semana passada. Usualmente té-lo-lamos comentado nas nossas análises da 2.ª página do EXPRESSO.

Tratando-se, porém, de um acontecimento em que se encontraram directa e intensamente empenhados, preferimos sobre ele escrever algumas linhas a incluir na página de Opinião, nos artigos assinados.

Tentaremos, no entanto, na medida do possível, ser objectivos.

2 — O que foram os antecedentes visíveis do Congresso — é desnesceadamente recordá-lo. Nas duas semanas imediatamente anteriores veio a público a consulta das bases acerca do Programa e dos Estatutos, e iniciaram-se as diligências para a apresentação de listas para os três órgãos sociais: a Comissão Política, a Comissão de Fiscalização e a Comissão Disciplinar.

Com a aproximação da data do Congresso tornava-se patente que ele teria de escolher definitivamente entre uma opção socialista consuetudinária pela via social-democrática e uma opção neo-capitalista, em que o ideal social-democrático é um fim e não um meio. Em artigo que então escrevemos no EXPRESSO apontámos alguns dos pontos essenciais por que se define a divergência entre as duas linhas.

Ao mesmo tempo, o Congresso seria chamado a eleger uma equipa de dirigentes que assegurasse o efectivo cumprimento dos princípios programáticos desenhadamente aprovados.

Em torno desses dois pontos se gerou amplo debate interno, tendo vindo a público a atitude de dois dos militantes do Partido, que entenderam, por via de argumentos diversos, que o não encaminhamento do PPD para o rumo de um socialismo democrático, e a sua tergiversação de orientações e atitudes acarretariam a sua saída do partido.

Era dito que se tratava, pois, quando alguns órgãos de Imprensa divulgaram publicamente a posição desses militantes, em viés para a abertura do Congresso. Sabia-se, entretanto, também que tinham sido apresentadas quatro listas, com nomes comuns (como o de Francisco Sá Carneiro), mas outros — e importantes — diferentes.

Em torno deste outra realidade se formularam conjecturas acerca das

linhas políticas que estariam subjacentes aos diversos elencos propostos para o futuro. E o conhecimento de inúmeras propostas alternativas ao Projecto do Programa elaborado pelo Grupo de Trabalho que funcionava junto de Comissão Política transbordava parecia vir confirmar esse pluralismo interno.

3 — O Congresso começou, portanto, envolto num ambiente de particular atenção externa, e de maior responsabilidade interna. Do seu decurso, que foi especialmente desgastante, sob 12 horas foram dedicadas à discussão do Programa, é possível retirar algumas conclusões.

A primeira é a de que se acentuou a unidade interna do PPD. Para tanto a pronúncia dos quase mil delegados eleitos foi estroacal. Nas intervenções que fizeram transparecer, de forma inequívoca talvez até surpreendente para alguns, a sua opção social-democrática sem ambiguidades.

Pelas diligências em que se desmilitarizou antes e durante o Congresso, Francisco Sá Carneiro também contribuiu em muito para a ultrapassagem de divergências de alguns dos militantes do Partido.

4 — A unidade em si mesma é — por definição — sempre um conceito formal. Poderá ser inatulado apenas unidade passiva de uma diferente conteúdo programático? Só em tese.

O que se sabia antes do Congresso, acerca da posição de muitos delegados regionais e dos representantes do PPD, já era de molde a esperar-se quantos apostavam numa clarificação programática do Partido.

As conclusões recuadas pelo Congresso vieram confirmar essa expectativa. A adopção do regime parlamentar racionalizado, a abertura evolutiva para a autogestão, a concretização dos sectores abrangidos pela socialização económica, o serviço cívico e o estatuto e objectivo de consciência, os sistemas públicos de saúde, educação e habitação — são apenas alguns dos sinais de uma linha de estjerquia que saiu cabalmente definida do Congresso. Ficou patente que a meta é uma Sociedade Socialista em Liberdade, e o meio a via social-democrática.

5 — O comprometimento da lista de Unidade, largamente maioritária

em relação às quatro iniciais, permite ainda inferir que a nova equipa dirigente é mais homogênea e enquadrada na linha programática votada.

A média de idades é muito baixa — encontrar-se à volta dos 35 anos — e acentuou-se a presença de membros regionais.

Também avultam os nomes de alguns dos dirigentes do Directorio da Acção Democrático-Social, como Nuno Rodrigues dos Santos (que presidiu ao Congresso) e Mayer Garcia.

Além, a adesão destes militantes antifascistas de há largas décadas seria, concretamente, com a de Enéida Guerreiro (colaborador íntimo de Humberto Delgado), e a participação de Humberto Delgado, filha do General sem medo — um dos factos mais salientes do 1.º Congresso do PPD.

De facto, é todo um grupo de velhos democratas que cooperaram com Humberto Delgado que marca a sua presença no PPD, a começar pelo Art.º Artur Andrade, Secretário-Geral da campanha de Delgado, que desempenha hoje as funções de Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto.

6 — É possível prencuniar já algumas das consequências do 1.º Congresso Nacional do PPD.

Ele veio, antes do mais, criar condições para o reforço da participação do PPD na coligação governativa.

Também permite, por outro lado, afastar quaisquer dúvidas que pudessem ser suscitadas as relações da FPD e das Forças Armadas Portuguesas.

Se alguns as suscitou (e por causa) no passado, elas ficam agora definitivamente esclarecidas a todos os níveis.

Quanto às relações bilaterais com outros partidos democráticos, designadamente o da coligação no poder, o PPD encontra-se em posição de desenvolver mais amplos contactos com eles.

A média que se acentuaram os sinais de aceitação pelo FCP do jogo democrático eleitoral praticado nos regimes europeus ocidentais, tanto maior pode ser o campo de entendimento com o PPD. O realismo é uma qualidade política.

Sem dúvida condicional — de parte a parte. Mas, em qualquer caso uma qualidade.

E a esperiência do «compromisso histórico» — não devendo ser en-

carada como uma fatalidade — pode vir a ser indicada se se mantiverem certas condições socio-políticas, com relevo para o tendencial «control» sindical por um único partido político.

Embora outras circunstâncias, a coligação presidida por De Guepsti até 1948 teve, em larga medida, como causa o peso dos sindicatos italianos no post-guerra.

E, já em diverso enquadramento, a lição da França deste fim de Outubro querre não pode (não deve) ser esquecida.

As relações com o PS poderão sair beneficiadas, sobretudo se for ultrapassada a situação actual, que se compreende em parte mas deprecia ser transitória.

Compreende-se porque — para tomar as palavras inequívocas de Salgado Zenha e António Guerreiro no Teatro Laura Alves — o PS pretende, de uma vez para todas, repudiar a via social-democrática, assim clarificando a sua posição política.

Compreende-se porque esta opção, que vem na linha de atitudes anteriores, promove um lógico rearranjo da base de sustentação eleitoral daquele Partido.

Seria, no entanto, pelo menos estranho que o PS colocasse excessivamente o acento teórico no que o separa do PPD, ao mesmo tempo que vai mantendo acerta a sua frente com o MDP/CDE, e uma ou outra queixila com o PCP (vê-se a batalha de comunicados UEC-JS).

7 — Finalmente, o Congresso do PPD constituiu um passo programático, do qual poderá sair em breve uma definição do Partido sobre a presente situação económica portuguesa.

Atendendo à conjuntura difícil que atravessamos, tendo estudado um plano de acção a curto prazo a propor ao país, o PPD mostrará assim que a campanha eleitoral — da sua parte — começará com um projecto concreto e viável para a sociedade portuguesa. Projecto que constitui na tentativa global que é representada pelo Plano de Emergência em elaboração.

Além do mais, esse passo virá a ser a vantagem de não permitir à direita a reapreciação de uma situação de crise — impenável ao Governo Provisório — que é uma das armas por que ela há tido anos atrás.

Também pela parte do PPD não lhe será feito esse favor.

O S. TOMÉ DO ACORDO PODE SER ENVOLVIDO NO SUBIMPERIALISMO ZAIRENSE & C.^A, L.^{DA}

ARGEL — O acordo de Argel sobre São Tomé e Príncipe esteve verdadeiramente tremido nesta fase que afinal acabou por o concluir. As treze horas de segunda-feira desta semana, 25 de Novembro, quando, as duas delegações abandonaram a Vila Dar Ali Cherif para almoçar e, certamente, consultarem-se com as respectivas hierarquias superiores, os jornalistas ali presentes ficaram convencidos que da parte da tarde seria anunciada a interrupção das negociações que antes haviam sido previstas demasiado fáceis. E ficaram convencidos, baseados não apenas em conjecturas. Constou imediatamente que a delegação de S. Tomé se mostrava intransigente quanto às eleições para a Assembleia, eleições que repudiava, aliás na linha dos movimentos de libertação seus congéneres (Frelimo, P.A.I.G.C., M.P.L.A.). Um alto representante do M.P.L.A. que encontrei em Argel foi categórico ao afirmar-me: "não creio que eles aceitem as eleições e você não pode esquecer-se que o combate de um é o combate de todos. E o Sul da África que está em jogo e o papel do imperialismo nesta parte do mundo".

Toda a gente sabe que o M.L.S.T.P., sediado no Gabão, nunca desenvolveu, por força das circunstâncias, uma luta armada e toda a gente sabe que foram o M.P.L.A., a FRELIMO e o P.A.I.G.C. ajudados por países amigos quem levou, ao colo, o M.L.S.T.P. às negociações. Aconselharam-no, empurraram-no, orientaram-no e auxiliaram-no monetariamente. Não só, disse-me Iko Carreira, o homem responsável por toda a planificação militar do M.P.L.A., "porque a luta do povo de São Tomé se inscreve no mesmo quadro de luta de liberdade de um povo contra o colonialista escravizador, mas também porque a estratégia dos povos oprimidos tem de ser conduzida de mãos dadas já que o inimigo é potente e ramificado e utiliza as táticas mais subtis.

Salvem-se os princípios

Por outro lado, para a delegação portuguesa, porta-voz do governo a realização de eleições entrava no campo dos princípios. Era uma espécie de ponto de honra, ainda que não passassem de mera formalidade, como aconteceu ou vai acontecer com estas.

As declarações de Almeida Santos, ao chegar a Lisboa, são sintomáticas do que acabámos de afirmar: Disse no referendo à consulta popular (transcrito do Diário de Notícias) "está ainda talvez a imaginação da última hora que dita a solução, que é talvez mais perfeita do que aquela que não levantamos na agenda", porquanto vai permitir que o povo se expresse livremente para eleger os seus representantes, aos quais será frito o "mandato da soberania". A transferência da soberania para delegados eleitos pelo povo é para Almeida Santos, neste caso, e, portanto, para o governo português, a salvaguarda dos princípios da democracia, como se exprimiu o ministro, acrescentando, também, que, em S. Tomé, era o M.L.S.T.P. que existia e era o M.L.S.T.P. que tinha o apoio do povo, o que nos leva a concluir que tais eleições não passam de formalidade e se circunscrevem no âmbito do "salvem-se os princípios".

Na linha, por conseguinte, do salvar-se os princípios (princípios que nascem sempre de determinadas situações concretas que não vem para aqui examinar) está de parabéns a delegação portuguesa que habilmente conseguiu impor a realização daquelas eleições. Deixemos de parte, por agora, outras questões de pormenor já que esta é a mais significante uma vez que se inscreve no plano traçado pelos movimentos de li-

beração na sua luta conjunta, em que o M.L.S.T.P. abriu brecha. As razões de tal abertura resumem-se por enquanto, a interrogações que, neste momento, por fidelidade de reportagem, devemos fazer, o que acontecerá mais adiante.

Do ambiente de serenidade sublinhada de eufemismo discreto que caracterizava a delegação portuguesa, não comungava a delegação do M.L.S.T.P., quando, no próprio seu apanhado de dois elementos da mesma, cujo nome prefiro neste momento ocultar e a quem pergunto:

Porque é que a vossa delegação cedeu no capítulo das eleições, já que, ao saírem daqui, da parte da maná, me haviam confiado que seriam intransigentes?

Vincelmente preocupados e até com certo constrangimento insinuaram que talvez a doença de Miguel Trovoada tenha em algo influido. Na realidade, Miguel Trovoada foi acometido de apendicite aguda, tendo sido operado, logo a seguir à assinatura do acordo. Em termos de futebol, tão caro ao almirante Rosa Coutinho e caricaturado a situação, poderíamos dizer apodoticamente que, no final, a equipa de São Tomé jogou desfalcada, já que o principal elemento se encontrava lesionado. E os princípios da democracia ocidental ganharam o jogo. Ao menos por agora e no campo conceptual. Com Almeida Santos ao centro a tecer um jogo hábil, filigranado e enfiante, conhecedor e experiente do jogo ocidental que passa pela África. Jorge Campinos a apoiar no meio campo, desenvolvendo esquemas rectilíneo e forte, o maior Azevedo com profundo conhecimento da retaguarda e o capitão Ramos como "libero".

São Tomé, desfalcada. Com sede



O abraço entre Almeida Santos e Miguel Trovoada, depois de ambos haverm assinado o acordo que abre as portas à independência de S. Tomé

no Gabão onde foi principalmente treinado, chegando ao ponto de levar consigo o treinador, massagista ou árbitro, ou orientador técnico sendo lhe costei chamado, que era um ministro do Gabão. Trata-se de

Léon Augé, comissário dos assuntos políticos da presidência da República. Acompanhou a delegação de São Tomé, hospedou-se na mesma vila, facto que ainda não vi citar em qualquer

órgão de imprensa. Alguns dos movimentos de libertação, representados em Argel, chamaram a atenção para o caso e para as possíveis e inquietantes influências do Gabão no an-

damento dos actuais e futuros trabalhos. A delegação de São Tomé desculpou-se e teria afirmado que o ministro do Gabão iria retirar a Vila em que todos se hospedavam.

///

O Gabão em causa

Importa encaixar aqui, neste momento, uma pequena nota relativa ao Gabão. Contudo o Gabão o país mais colonizado, ou neo-colonizado da África com a França a fazer sentir toda a sua força. Se escrevermos o que vamos escrever e sabemos que fazendo-o, deitamos um balde de água fria no ambiente de euforia monocórdica com declarações oficiais em cada-uma no referente à des-colonização, é porque sentimos que todo o sul da África está em jogo e é porque temos a certeza que sendo o 25 de Abril um movimento anti-imperialista, podem os seus concretizadores estar a favorecer inconscientemente o imperialismo levados por determinadas correntes aparentemente des-colonizadoras.

Voltando ao Gabão não é por acaso que o primeiro país alvirado

para as negociações foi a França, depois rejeitado.

Há quem pense que, dada a descoberta preparação política, da maioria dos elementos do M.L.S.T.P., não sujeitos ao caldeamento da prática, prática em que foram forçados os outros militantes de movimentos de libertação que os levou a individualizar o inimigo, sejam sujeitos a fortes pressões dos amigos a começar pelo Gabão onde os principais dirigentes do movimento de S. Tomé e Príncipe exerciam as respectivas actividades profissionais. Correm rumores, cada vez mais consistentes, de que muitos deles estão a refugiar-se no Gabão, o mesmo acontecendo com elementos da Flac. Estes rumores circulavam inclusivamente, em Argel, com insistência.

A personalidade de Foccart

Também nos meios políticos angélicos e nos meios próximos dos movimentos de libertação (Frelimo, MPLA, PAIGC) se comentava a personalidade de Foccart que foi encarregado das relações com os países africanos no governo de Pompidou, que passou o contencioso à África do Sul e actualmente é conselheiro da embaixada do Gabão. Importa investigar neste sector o papel que Foccart desempenhou na guerra do Biafra. Sobre Foccart publicamos uma nota que pedimos ao nosso correspondente em Paris.

Está ainda na memória de toda a gente que São Tomé funcionou de porta-avózes para o Biafra e não vale a pena acentuar que está a menos de duas horas de avião de Angola, onde todo leva a crer, a continuarem a correr as coisas como estão a correr, por muito que pese a Mário Soares, que ha-

verá guerra logo a seguir ao período de transição, guerra essa que mais não será que o confronto entre os interesses nacionalistas e os do imperialismo, estes que passam pelos Estados Unidos, França, África do Sul e coadjuvem, já em subimperialismo, no Zaire Mobutiano.

A luta contra a Frelimo, cujo teor por nós já, há meses, foi revelada, passa, neste esquema, por Angola, servindo os mercenários para distrair atenções e ir alimentando a confusão. A estratégia do imperialismo começa a delinear-se cada vez com mais evidência. Em contacto com responsáveis (altamente responsáveis) dos movimentos de libertação fomos afirmado textualmente: "Portugal não pode sujeitar a sua vocação histórica deixando a África nas garras do imperialismo".

Mário Soares em Kinshasa

Nesta peça em vários actos cujo epílogo ainda está longe, é necessário exortar uma pausa para falar da viagem de Mário Soares a Kinshasa não se cava de telegrafar para Lisboa. Considera inclusive o próprio Presidente da República a deslocar-se ao Zaire para assistir às festividades do aniversário. Na impossibilidade da ida do general Costa Gomes, que Mobutu desejava presente como coroação do seu processo versus Angola, foi o ministro Mário Soares que teve ocasião de se encontrar com vários líderes de movimentos emancipacionistas da pátria portuguesa. Foram eles Holden Roberto e Savimbi, respectivamente de F.N.L.A. e da UNITA, tendo também conversado com Chipenda, um dissidente de M.P.L.A., que abriu escritório em Kinshasa e que hoje se pode considerar mais um porta-voz dos interesses e visões de Mobutu. Considerá-lo como elemento do M.P.L.A., depois das suas atitudes e declarações, é pelo menos forçado. Ainda durante a estadia de Mário Soares em Kinshasa, Chipenda quis aproximar-se de Agostinho Neto, mas o presidente da Fretilim não o recebeu, uma vez que este é já universalmente conhecido como próximo de Mobutu, arrastando, por conseguinte, as aspirações do líder Zairense.

Mário Soares regressou a entusiasmo de Kinshasa, a avaliar pelas declarações que prestou aos jornais (note-se que os jornais informaram o público que tem o direito de ser informado e em democracia tem o direito de condicionar as resoluções dos seus dirigentes, dirigentes mandados pelo povo. Para condicionar precisa de saber o que realmente se passa. E com uma possível guerra não se brinca). Entretanto, conseguimos, no quotidiano argenteo apanchamos-nos de uma outra faceta da realidade que algo difere, quanto mais não seja no tom, daquilo que Mário Soares deixou nos leitores dos jornais. Antes, porém, não vem fora de propósito transcrever aqui uma notícia da France Presse, republicada na primeira página da "República" que muito bem conhece os pensamentos de Mário Soares. Eis a notícia: "Depois das conversações que teve com Holden Roberto e Jonas Savimbi, presidentes da FNLA e da UNITA, posso dizer-vos que falamos a mesma linguagem", declarou à agência France Presse o dr. Mário Soares de visita a Kinshasa. Estamos de acordo, prosseguiu o ministro português, quando à maneira como devem ser abordados os problemas de Angola".

Por sua vez, o Almirante Rosa Coutinho, profundo conhecedor dos problemas de Angola, disse em Lisboa, numa conferência de imprensa, também na terça-feira: "Na identificação política que começa a verificar-se em Angola, a F. N. L. A. situa-se ligeiramente à direita, a UNITA no centro e o M. P. L. A., mais progressista, à esquerda destes dois".

Houve na realidade, durante a visita de Mário Soares a Kinshasa toda uma actividade diplomática em torno do nosso ministro dos Negócios Estrangeiros da parte dos movimentos emancipacionistas,

Do nosso
enviado
à Argélia
Agostinho
de Carvalho

chegando a UNITA e o FNLA a fazer um acordo político-militar, sob o alto patrocínio de Mobutu e a concordância táctica do Congo-Brazzaville, cuja ambiguidade começa a ser notada em vários círculos políticos. Jonas Savimbi já havia antes, precisamente no dia 20, feito uma viagem a Lusaka, a fim de se encontrar com Agostinho Neto e poderem combinar uma frente unida em ordem a uma plataforma comum para negociar com Portugal. Não encontrou, porém, Agostinho Neto e rumou para Kinshasa.

A internacionalização de Angola

Durante as festas do aniversário do Zaire e na presença dos vários presidentes ali em visita, Mobutu quis decidir as grandes linhas da descolonização de Angola. Falava-lhe, porém, um dos dialogantes, ou seja, o presidente do MP, L. A., Agostinho Neto. É então que o presidente do Congo envia o seu embaixador itinerante a Brazzaville, a fim de convocar Agostinho Neto a deslocar-se a Kinshasa para as negociações ou encontros em conjunto com Mário Soares, oferecendo-lhe garantias de segurança. Agostinho Neto recusou terminantemente, afirmando que o problema de Angola pertence aos angolanos defini-lo e resolvê-lo e não gostaria que presidentes de nações estrangeiras se intromissem nos assuntos internos que apenas dizem respeito ao povo Angolano. Julgo mesmo saber que Agostinho Neto é apoiado nesta visão pelo Tanzânia, Zâmbia, Frelimo, e pelo próprio Boumediene da Argélia, com quem Portugal deseja, agora, estabelecer relações diplomáticas, estando no melhor caminho para esse efeito, como o prova a viagem de Melo Antunes e o encontro num tête-à-tête com este ministro, encontro que durou precisamente uma hora e um quarto e em que Boumediene prometeu interessar-se por Portugal e pela abertura das portas da Arábia Saudita. Sobretudo, nos círculos do Presidente Boumediene, que a sua simpatia pelo nosso país vai em crescendo, para o que muito contribuiu a conversa com Melo Antunes já antes precedida de um encontro com Mário Soares. Foi notada, porém a ausência de Melo Antunes em Argel para a celebração do acordo com o MLSTP e a propósito, teceram-se os comentários mais variados.



S. Tomé, Angola e Moçambique como alvos da mesma estratégia

Continuação pág. 17

Quanto a Angola, está para muito breve as negociações a nível dos três movimentos e Portugal. Acriticamente, porém, que FNLA e UNITA já estão unidos, sendo provável segundo os observadores políticos, que esta última organização acabe por desaparecer aderindo uma parte ao MPLA e outra à FNLA. Iremos assistir, por conseguinte, a uma mesa redonda em que de um lado estão os três movimentos, na prática dois (UNITA-FNLA e MPLA de um lado e do outro Portugal, FNLA-UNITA e MPLA prosseguem, no entanto, objectivos totalmente diferentes. Far-se-á um acordo, nomear-se-á um governo transitório por um período relativamente curto e depois... depois penso que será a guerra. A guerra

do imperialismo apoiada no FNLA-UNITA, carilada pelo Zaire e por todos os satélites do imperialismo contra o M. P. L. A. Qual será a posição do porta-avozes que é S. Tomé? (Recordar-se que S. Tomé foi porta-avozes na guerra do Biafra).

Seguir o Gabão, a sua política será paralela à desenvolvida por este país no caso de Biafra. Há quem tenha sérios receios de que isto venha a acontecer e há mesmo quem aventure que o M.L.S.T.P. cedeu, no caso das eleições, pressionado pelo Gabão, eleições que seriam um meio óptimo de dividir forças, sem agora estarmos em conta com os particularismos de S. Tomé e sem analisarmos a independência no seu âmbito limitado, mas enquadrando-a na estratégia política do Sul da África. Não

queremos também por em causa a pureza da intenção do delegado do M.L.S.T.P.. O embaixador americano, recentemente colocado no Zaire, como o EXPRESSO revelou a semana passada estrope para a C.I.A. em 1955 e na sua notável folha de serviços conta-se uma passagem pelo Chile de 1969 a 1971, onde desempenhou papel importante na organização do caos económico. Alle-se, agora, a personalidade deste embaixador à do embaixador Carlucci nomeado para Portugal, cuja personalidade foi por nós descrita na semana passada, a propósito de contactos havidos com altos industriais portugueses.

Enserta-se, neste contexto, a posição do Jornal "Comércio" de Luanda que não esconde as suas simpatias pela F. N. L. A. e que na altura da tomada do rádio clube de

Moçambique, em 7 de Setembro se solidarizava, em editorial de Raposo de Magalhães com os rebeldes de Moçambique. O Comércio de Luanda pertence a um grupo de empresas de António Champalimaud. Especialize-se as industriais portuguesas irão investir no Kongo Kinshasa já que, por mais de uma vez, tiveram seus enviados aquelas paragens. Fontes fidedignas confiaram-nos, há cerca de dois meses, que Holden e Mobutu estavam profundamente interessados em contactar com eles certamente para desenvolverem as suas actividades no Congo Kinshasa, pois em Angola muitas e importantes elas são. O grande interesse de Mobutu pelas industriais portuguesas levou-o juntamente com Savimbi e Holden a enviar um telegrama para Lisboa em que protestava contra a prisão do dr. Vieira, agora em Casias.

114

Guerra à vista

Na minha recente estadia em Argel tive ocasião de contactar com altos expoentes do M. P. L. A., além de Ito Carreira, com quem tive demorada troca de impressões. Posso citar também o comandante supremo das Forças Armadas do M. P. L. A., João Luís Neto, vulgarmente conhecido por Kyeto. Todos eles se declararam profundamente alarmados com o que está a acontecer em Luanda onde já entraram pelo menos duzentos guerrilheiros da F. N. L. A. armados. Não haverá o perigo de

amanhã, o F. N. L. A., veículo do neo-colonialismo ou do imperialismo se opor pela força das armas ao M. P. L. A.? O Comgo Kinshasa tem uma fronteira de dois mil quilómetros com Angola.

Por mim e até por outros contactos que tive e aqui não posso revelar estou plenamente convencido que, a seguir-se o presente curso da situação que se desenha cada vez com mais evidência, iremos assistir a um confronto armado, logo a seguir à saída das tropas portuguesas que é, como

quem diz, a seguir ao período do governo de transição. Os ingredientes estão a misturarem-se pela óptica do imperialismo. Sobrará o povo e os pequenos colonos a quem Mobutu não dá garantias de qualquer espécie e a avaliar pelos seus antecedentes racistas, embora, a avaliar pela imediatez do palpável, pareça precisamente o contrário.

O futuro de Angola irá ser decidido entre o M.P.L.A. e o F.N.L.A., este muito poderoso militarmente, a tentar, a todo o custo, manter os 15 mil homens em

armas. Poderemos assim, assistir a um novo Biafra, em que São Tomé poderá funcionar, como já funcionou, de porta-aviões. Será isto futurologia política? De qualquer maneira é um aviso. Reclamam, porém, os povos de África da democracia portuguesa que não leve simplesmente as mãos e se não apresse a abandoná-los de qualquer maneira. Que lhes deixe o caminho em que o imperialismo lhes não roube, de novo, a independência.

A FLEC e o Gabão

Como afirmei um pouco mais acima, correm insistentes rumores de que membros da FLEC se refugiam no Gabão. Consegui, há dias, um documento desta organização separatista que mais não é que relatório apresentado ao comité dirigente em que pode ler que a FLEC é apoiada pela França, Bélgica, Alemanha, Holanda e Suíça, na Europa. Na África pelo Zaire, Gabão, Uganda, Guiné Equatorial, Chad, República Centro Africana e Congo Brazzaville. Na lista dos donativos para a FLEC é mencionado, entre outros, no relatório em questão, o Gabão, com 3 Land Rovers e dois milhões de francos (C.F.A.) em ghecos e a Cabinda Golf com 450 contos. A Cabinda Golf pediu ainda à FLEC para lhe enviar a lista de toda a mobília de que necessitasse. Refere ainda outros donativos, como o da Jansor com 500 contos, Hotel Maiombe com Mil e um subsídio mensal de 10 e a Pirela do Maiombe com 50.

A FLEC tem representantes seus espalhados fora do território. Segundo o relatório que li, citam-se os nomes de Pinheiro da Silva, em Portugal (Pinheiro da Silva é o ex-secretário de Estado da Educação que serviu também como secretário de Estado no governo da presidência de Sibilino Silvério Marques, já depois do 25 de Abril), António Sotinho em Kinshasa, João Ernesto Oliveira no Gabão e Carlos Yoda em França.

No meio de tudo este imbróglio vai ser muito difícil ao M.L.S.T.P. manter a independência, face às pressões externas, de que o conteúdo ideológico do partido é propagador. A credência face à delegação portuguesa no tal capítulo das eleições, abrida brecha no entendimento comum com os outros movimentos de libertação, deixou nos observadores a vontade de seguirem o M.L.S.T.P. com muita atenção nestes próximos anos, com os olhos postos em Angola e depois Moçambique.

Foccart, o Gabão e a Nigéria

PARIS — (do nosso correspondente)

JACQUES Foccart é, sem dúvida, o homem mais misterioso do "Gaulismo". A sua biografia oficial, resume-se, de resto, em poucas palavras. Foi a Resistência quem, em primeiro lugar, o fez entrar em contacto com o general De Gaulle.

Al consagrar-se-lhe especialmente a operações de paraquedismo, e a missões de reconhecimento, primeiro passo para o serviço secreto da "França Livre", onde o grau de tenente lhe é conferido.

Com a libertação, voltará por pouco tempo, aos seus negócios comerciais com a África, embora sem nunca deixar completamente o general De Gaulle. Em 1954, sucede a Louis Terrenoire, no posto de secretário-geral do R. P. F., para proceder à completa liquidação deste movimento decidida pelo general De Gaulle. Anteriormente tinha já sido encarregado das questões do Ultramar, e em 1952 nomeado conselheiro da União Francesa (RÉP). Durante a travessia do deserto, do general De Gaulle, Foccart nunca o abandonou, e praticamente todas as semanas chega até ele para falar dos estereos da IV República. Jacques Foccart participa, naturalmente por este motivo, nas discussões que prepararam o regresso do general ao poder. É também muito naturalmente que o seguirá mais tarde até ao Elysee, primeiro como conselheiro-técnico, seguidamente como secretário-geral da Comunidade dos Assuntos Africanos e Malgaches.

Conserva este cargo até Janeiro de 1974 (com excepção, todavia de um curto período, correspondente ao interinato de Poher no Elysee, antes da eleição de Pompidou.)

Seja como for, Jacques Foccart apareceu sempre como um dos raros confidentes do general De Gaulle, que não hesitou em o chamar para que lhe garantisse a sua segurança pessoal, pelo menos no princípio de V República. Nestas funções foi naturalmente compelido a estreitar os contactos entre os serviços de informação e de espionagem, sobre os quais poderemos afirmar, seguramente, que, a pouco e pouco, foram sendo postos sob a sua alçada, para melhor os poder controlar. É desta época que vem a mitologia das redes clandestinas, dos serviços paralelos, e das "barbouzes", das quais teremos mais tarde uma pálida imagem com o famoso caso do assassinato de Ben Barka, no qual Foccart, certamente, desempenhou um papel activo e importante, mas do qual ainda se ignora o exacto alcance.

No que diz respeito ao território africano, consta que nada se passava sem que Foccart pusesse a sua assinatura. Nenhum golpe de mão, ou de força se realizava sem que nele se não visse a mão do conselheiro do general De Gaulle.

O menos que se pode dizer é que não recuava diante de nenhuma "coacção". Foi assim que, em 1964, conseguiu manter no Poder o presidente do Gabão, graças, nomeadamente, à intervenção dos paraquedistas franceses. Foi também ele quem impôs o envio de tropas francesas para o Tchad para salvar Tombalbaye. De resto, o presidente Tchadiano mostrava-se logo a seguir pouco reconhecido, visto que foi ele, com o presidente da Guiné, quem exigiu do presidente Pompidou a cabeça de Foccart, na troca de um restabelecimento de boas relações entre a França e o Tchad. E se Foccart se pode queixar desta falta de reconhecimento, é preciso notar também que não hesitou em abandonar os seus "protegidos", logo que estes deixaram de lhe agradar ou, pior, logo que passaram a estar numa posição "pouco confortável". Sob este ponto de vista, citam-se muitas vezes os exemplos do padre Youlou em 1963, do presidente Tsiranana em 1972, ou ainda do presidente Diiori-Hamani no princípio deste ano. Entre as outras — e numerosas — intervenções de Jacques Foccart, em África, evocam-se muitas vezes, os seus contactos com os mercenários ao serviço da secessão Katanguesa, aquando dos acontecimentos do Congo em 1960, ou ainda o apoio aos rebeldes do Biafra, até 1970, o que de resto, a Nigéria nunca lhe perdoará.

NOTA DA REDACÇÃO

O nosso correspondente em Paris informa ainda que conseguiu falar com Foccart ao telefone, o qual, por conseguinte, se não encontra, actualmente no Gabão, dizendo, também que não exerce qualquer função junto do presidente Bongo. Segundo Foccart, a confusão resulta do facto do seu antigo adido de imprensa M. Bourry ter acabado de aceitar o cargo de conselheiro do presidente do Gabão

Expresso

74-f)-30

30-31

Do 28 de Maio ao 28 de Setembro:

Uma crónica política do nosso tempo

REVELAMOS hoje excertos de uma obra de José António Saraiva (e não António José como erradamente anunciámos em número anterior) que sairá dentro de algum tempo na Bertrand: «Do Estado Novo à Segunda República». Nas vésperas da (possível? provável?) saída em Portugal do «Depoimento» de Marcelo Caetano já publicado no Brasil (de que apresentamos textos criticos saídos na imprensa brasileira nas pág. 2N/29 deste número com comentário nosso) este texto reveste-se de interesse particular. Toca ele — quase em paralelo — muitos dos aspectos também focados no livro do ex-Presidente do Conselho.

Do 25 de Abril ao Governo Provisório, De Palma Carlos a Vasco Gonçalves, De Spínola a Costa Gomes.

O centro de gravidade político do País está em translação rápida. Onde estará daqui a cinco anos? Ou mesmo daqui a cinco meses? A resposta é impossível.

A realidade, agora, passa-nos diante dos olhos como os filmes de Chérix projetados a vinte e quatro imagens por segundo.

Salazar — como Caetano — fazem já parte do passado «distante».

O mar agita-se: aprende a nadar companheiro.

Palma Carlos e António de Spínola foram os primeiros a sair. Costa Gomes, na Presidência da República, aparece de momento como o único homem capaz de realizar a unidade entre os generais que chegaram agora e aqueles que vinham de trás, do velho regime.

Costa Gomes.

Saindo dos dias quentes de Setembro na intocável posição de leader do Movimento, Costa Gomes aparece como uma pedra forte no actual quadro político do País. De momento ele é a única figura capaz de realizar a unidade entre as Forças Armadas e entre estas e o leque de partidos da coligação: de garantir a presença efectiva do M.F.A. no «centro do poder» para além das eleições; de, finalmente (e dadas as suas ligações com a NATO), assegurar a «tranquilidade» dos países do Pacto do Atlântico, preocupados com a presença de comunistas no Governo.

«Entre os felizes acontecimentos do ano, devemos mencionar as transformações registadas em Portugal. A queda do Governo autoritário deste País deu grande alegria a todos os seus verdadeiros inimigos — afirmou Knud Daagaard, presidente da Assembleia do Tratado do Atlântico Norte, na abertura oficial da sua vigésima sessão, que acabaria o seu discurso referindo-se a «inquietação manifestada entre os povos do Mundo Ocidental e respeitante a certas tendências puramente políticas que se manifestaram em Portugal. Esperamos — disse — que os nossos receios não tenham fundamento, pois não podemos imaginar que o novo Governo Português possa vir a cair numa outra forma de Governo autoritário, que não seria diferente do poder derrubado, senão porque se situaria no outro extremo do espectro político. No seio do grande círculo de amigos de Portugal, um tal facto seria considerado como uma verdadeira tragédia».

E acrescentou: «É pois essen-

cial que evitemos todos os nossos esforços para prevenir um tal acontecimento. Aiá porque não é uma das nossas menores esperanças que todos os outros partidos democráticos de Portugal tomem consciência das suas responsabilidades perante tal conjuntura.» (4)

A maré sobe.

O P.C., o P.S. e o P.P.D., são agora «as vedetas». A transformação do M.D.P. / C.D.E. em partido parece querer indicar que o combóio eleitoral já partiu — sendo assim, as eleições realizar-se-ão, como previsto, em Março próximo.

Eleições.

E com eleições em Março, a grande interrogação gira à volta da permanência — ou não — do Partido Comunista no Governo para além de Março. Com uma presença importante no M.D.P., que também irá às urnas, o P.C. poderá conseguir uma «confortável» representação na Assembleia — e a ser assim, cabe dentro do campo das hipóteses a sua saída da coligação governamental — preferindo, ao comprometimento com um poder que no actual momento político do País exige compromissos de diversa ordem, o trabalho exclusivo «na oposição», facilitado pela implantação que já tem no interior dos sindicatos e por aquela que eventualmente poderá vir a ter no seio do hemiciclo.

P.C.: fora ou dentro para além de Março?

A improbabilidade de uma «coligação de esquerda» — com o P.S. — reforça a ideia de que o Governo, depois de Março, deixará de sonhar com a presença dos comunistas. Teríamos assim uma trajectória política semelhante à da França no pós-guerra. A que só faltaria o regresso ao poder do general Spínola. Demasiado improvável.

A onda cresce.

A direita, por ora, joga por fora. Poderá vir a ter a sua oportunidade caso se verifique a saída do P.C. — embora ainda neste caso pareça mais natural a entrada do M.D.P., que manteria o actual equilíbrio de forças.

Por ora a direita joga por fora. A extrema-esquerda, na sua manifestação à luz do dia. No primeiro domingo de Outubro as esútuas voltaram a ficar brancas.

(1) Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, entrevista citada.

(2) e (3) Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, entrevista citada.

(4) Knud Daagaard, discurso proferido em 14/11/74 na sessão de abertura oficial da XX edição da Assembleia da NATO. Transcrição do jornal «O Século» de 15/11/74.

A direita joga por fora

O MOVIMENTO das Forças madas — que começou por chamar-se Movimento dos Capitães e mais tarde Movimento dos 9 Oficiais — foi o «produto final» das contradições últimas de um Poder já esvaziado de conteúdo.

Constituído, de princípio, exclusivamente por oficiais do quadro permanente — ou seja, por aquela franja da população do País mais próxima da guerra: o Exército — reunindo, dentro do Exército, apenas capitães e alguns maiores — isto é, tendo por base de recrutamento aquela fatia das Forças Armadas mais próxima da frente de batalha: os oficiais de grau intermédio —, o Movimento é a expressão mais acabada de revolta do português face ao conflito colonial.

Favorecido em parte pela divisão no interior do Poder e pela própria divisão no interior das Forças Armadas, o M.F.A. acabou por ultrapassar esta polarização «conjuntural» e apertentear-se mesmo, não como uma alternativa à situação, não como uma força adentro do quadro de forças da conjuntura, mas como coisa nova — força nascida não se sabe como, vinda não se sabe donde, caída aqui não se sabe porquê.

Produto das contradições de um Poder a caminhar já fora do curso da História, o Movimento acabou por ser, ele também, um «acontecimento do outro Mundo». Que ninguém previu. Que se torna difícil explicar. E

aqui, a distância que dele vai a Spínola é quase incommensurável: Spínola era uma «alternativa possível» ao regime — o Movimento está para além do regime, noutra sítio, não é alternativa a coisa nenhuma porque ninguém, até ele aparecer, se tinha sequer dele lembrado.

Vindo de baixo, passando por cima da hierarquia militar e da obediência ao Governo, o M.F.A., que hoje tem já os «seus generais» e até os «seus governantes», era um comboio expresso — que Spínola não podia acompanhar. Tomou-o no dia 25 de Abril — dele se apouca a 10 de Setembro, cinco meses depois.

«[...] nesse mesmo dia, à noite, chamou o brigadeiro Vasco Gonçalves e disse-lhe que ia renunciar, que tinha pensado e que não via outra hipótese senão sair, porque não conseguia acompanhar o progressismo do M. F. A., em quem já não depositava confiança. No dia seguinte, segunda-feira, às onze horas, fez o discurso em directo de renúncia [...]»

Ficou Costa Gomes. E Costa Gomes, na Presidência da República, era a única alternativa a António de Spínola. Mais frio, mais calculista, mais maleável e menos «drástico» que este, Costa Gomes, que tem tanto de «plebeu» quanto Spínola tinha de «aristocrata», surge na chefia do Estado com um significado político semelhante ao do seu antecessor: garantir a «estabilidade» do

Poder e a «respeitabilidade» da revolução; manter a unidade entre as Forças Armadas e entre estas e os partidos da coligação; assegurar o respeito pelos compromissos internacionais assumidos; em suma: não deixar cair o Poder na rua. E a este respeito Costa Gomes parece oferecer mesmo mais garantias que o presidente cessante.

Rodeando-se de uma «corte» para quem o endeuamento da sua figura e um «vitalismo cego» eram as palavras de ordem — «[...] o nosso general rodeou-se de um grupo de colaboradores que só vêm nele um ídolo, e que vão atrás dele criticamente nem que seja até ao inferno» (2) — Spínola tinha-se deixado isolar no interior do exército — que o via com progressiva desconfiança. Essa situação foi-lhe fatal: quando no dia 28 a opção se pôe entre ele e o M.F.A., o general verifica que está praticamente sozinho.

«Com as suas idas às unidades do nosso general procurava alicia-las totalmente para o seu lado, e veio a provocar um clima brutal de desconfiança entre essas unidades e nós, os do M.F.A., quase se criando um fosso entre elas e nós. (...) Claro, o M.F.A. é muito maior do que essas unidades. Daí que, a certa altura, ele se tivesse convencido no Palácio de Belém de que se desse uma ordem [...] não lhe obedeceriam, pura e simplesmente. Obedeciam a mim, representando o Movimento.» (3)

Marcelo Caetano joga e perde

IGIDA de Marcelo Caetano — o produto dum conflito político entre as três forças com acesso directo ao aparelho do poder no momento da sucessão: a extrema-direita salazarista, os generais e o grande capital militar. Caetano não tem, de um destes grupos, o apoio dado — embora de necessidade também a hostilidade. A situação é de extrema instabilidade. Não se deduz da composição do «triumvirato» que o equilíbrio é insustentável — o compromisso, precário. As esferas de competência — e por conseguinte a possibilidade de intervenção — de cada uma das forças em presença, embora interactuantes, são difíceis de definir e à partida incoerentes: a primeira da coexistência com as «bases de apoio» e a segunda de enraizamento em territórios também: os objectivos divergentes e até mesmo opostos em certos pontos fundamentais. O que está portanto em jogo nesta «coligação»? Sem dúvida, a estabilidade temporária do poder. Que interessa a quem todas têm interesse em defender, e mais de interesse quanto mais se verifica que tem bastante para tentar o acesso ao poder e continuar sobre o seu caminho. Enquanto o poder está dividido, o método nesta tenaz luta, o papel de Caetano não fica mais que simbólico. Caetano sente investida nesta luta além da representação da «continuidade», a responsabilidade da própria sobrevivência do Estado Novo.

Caetano, melhor do que ninguém, sente que o seu Estado Corporativo está em perigo. Para o salvar, ele terá de assumir, «de facto», as rédeas do Governo. Mas como?

Para Caetano o problema consiste na criação dum 4.º exército — um 4.º exército — que tem choques violentos no interior do Poder possa garantir-lhe a sua posse efectiva. Este objectivo, que condiciona inteiramente toda a política marcelista, nunca o iria Marcelo Caetano atingir. Mas lá iremos.

Caetano tem de pegar por alguma ponta — uma das pontas por onde terá pegado, tudo o que leva a crer, foi por África. Pessoalmente ou por interpostas pessoas, a título «oficioso» ou apenas particular, Marcelo Caetano, logo após a investidura, inicia contactos com movimentos de libertação africanos. Mas Caetano dispõe de poucas cartas e a guerra dura há muito tempo. Os limitados acordos que está em condições de propor aparecem como ridículas piruetas face à dimensão que o conflito ganhou. Na manobra falha.

Caetano quer activar um poder morto sem arriscar sequer um gesto — a Caetano falta-lhe a capacidade de decisão, falta-lhe audácia.

Não esclareci, ainda, se Marcelo pensava ser necessária, para o esclarecimento da situação interna, a resolução prévia do problema colonial, se o contrário: se julgava só ser possível uma solução para a guerra depois de decididas certas questões no interior. Duma maneira ou doutra, os contactos falham — uma saída não militar para as guerras de África fica posta de parte. A partir daqui o jogo

político de Marcelo Caetano fica condicionado ao jogo de forças no interior.

«Em 1969, procurei incluir nas listas da União Nacional candidatos que, aceitando a Constituição, divergissem de soluções concretas no Governo e na administração: foi a experiência dos deputados depois chamados liberais.» (1)

Contrafeito ou não — é de crer que sim porque Caetano estava demasiado longe de Sá Carneiro ou Miller Guerra para a «colaboração» poder ser autêntica — ao favorecer a entrada na União Nacional do «corpo estranho», a chamada ala liberal, Marcelo visa ao mesmo tempo vários alvos. Como se sabe, a Oposição, em vida de Salazar, estendia-se da esquerda ao centro, abrangia mesmo uma «direita moderada». O primeiro objectivo marcelista, na sua jogada ao centro, é pois a redução deste leque: apadrinhando a participação no Governo da ala «direitista» da oposição, Caetano, ao mesmo tempo que a divide reduzindo-lhe a força, isola o inimigo real: a facção mais à esquerda da oposição ao regime.

«Há opositores que são também traidores, mas em contrapartida, muitos outros há que são patriotas fervorosos.» (2)

As posições clarificam-se. Enquanto justifica uma certa autocracia liberalizante, Marcelo Caetano justifica dum mesmo passo o prosseguimento da política repressiva do Estado: quem não veio é porque não quer!

Dividir para reinar. Isolar para melhor combater. Mas a ma-

nobra castanista, para além destas, claros, tem outros objectivos encapados. Na impossibilidade de afrontar directamente a direita salazarista, Caetano, ao introduzir na vida quotidiana do Governo um elemento novo, uma corrente de opinião até aí marginalizada, um grupo provavelmente «dinâmico» e «empreendedor», procura não apenas a auréola liberalizante; procura também — e sobretudo — a dinamização do aparelho do Poder; a substituição — progressiva e por ele controlada — duma extrema-direita esclerosada, fechada em si própria e num nacionalismo estéril, por uma «direita renovada» decidida e actante, uma força que lhe possa garantir um real apoio político.

O «apadrinhamento» da entrada na Assembleia de Sá Carneiro ou Miller Guerra, dos Irmãos Filósofos — Leite, Machado e Balsemão — ou Magalhães Mota, num total de pouco mais de 10 lugares entre 150, terá sido a mais importante cartada marcelista. Procurando a reforma da União Nacional (recorde-se a colocação, à frente dos destinos desta organização, do moderado e «conciliador» Melo e Castro), a sua constituição num verdadeiro partido, num órgão de certo prestígio nacional e um crédito mínimo europeu, fazendo dela um organismo vivo e não um cemitério — única forma de conseguir a força política e o apoio necessários ao lançamento das reformas imprescindíveis à própria sobrevivência do Estado Novo — Caetano joga o seu futuro. Que está na criação dum «corpo político» que corresponda de algum modo à situação actual do País

em estágio pré-capitalista.

A aliança «dinâmica» com o grande capital urbano e industrial, com o capital que entra no País e com aquele que aqui se concentra nos grandes grupos, parece ser, para Marcelo Caetano, um ponto assente. Mas para essa aliança poder resultar em seu proveito, para ser peso, é necessário dar ao capital, até aqui disperso por interesses particulares, não organizado, um sentido. Um sentido — um «conteúdo» — que ultrapasse o objectivo único do lucro fácil e imediato. Dar-lhe o sentido que Salazar, a caminhar fora da História, não tinha podido ou não tinha querido dar-lhe. Para Salazar a nova situação económica era um «mal necessário» — para Caetano é a força possível.

Estamos agora em condições de entender, nas suas várias implicações, a manobra marcelista. Impossibilitado de tomar partido declarado pela alta finança expansionista, com o risco de pôr em perigo a precária «coligação» de cúpula, Marcelo Caetano procura, através duma jogada marginal, dar ao grande capital um «sentido político», comprometé-lo no Governo, fazê-lo participar do aparelho do poder.

Atingimos o osso.

A direita «compreensiva, tolerante e renovada», que se forraria e alargaria no interior da Assembleia a partir da relação dialéctica entre os dois pólos extremados — uma direita que repencheria «naturalmente» o espaço que vai dos extremistas mais os ultras aos «jovens deputados liberais» — era a espe-

rança marcelista: a sua base de apoio. Seria ela a «cabeça política» do grande capital industrial em ascensão.

Garantis do peso afectivo da participação do capital monopolista nas decisões do Governo, garantia da participação do Governo nas decisões dos grandes grupos, a Assembleia Nacional de «novo novo» é uma peça fundamental no projecto político de Caetano e a ponte directa e sem desvios, que vai dele ao dinheiro. É a certeza de ter o capital a trabalhar para si — de poder fazer seu o poder neste momento dividido. A certeza de reinar.

A estratégia parece bem congeminação. As primeiras batalhas parecem confirmar a justiça da sua aplicação às circunstâncias.

A eleições para deputados, em 1969, são o momento mais alto da vida política do prof. Marcelo Caetano. Nelas ele joga todos os seus trunfos. Mas entende-se: em 1969 o que está em causa não é apenas o futuro político de Caetano — é o próprio futuro do Estado Novo.

E aparentemente 1969 é o ano duma grande vitória marcelista.

Quando se inicia o jogo eleitoral a morte de Salazar é um facto irreversível. Com largas responsabilidades para Caetano, que no seu enterro participou com traje de festa e sapato de verniz, Salazar está definitivamente esquecido na memória do País e deixou de ser, para o projecto do «Estado Social», um fantasma — um empecilho. A extrema-direita sofre um forte abalo — e com ele, a primeira

terrosa; perde o seu Mestre, perde o seu censo. O caminho está aberto.

Delgado, ele também, vai ficando mais longe. Esquecendo 1958, Portugal, a oposição portuguesa, não consegue a unidade. Quebrada a «aliança táctica» entre Mário Soares e o P.C., a esquerda chega dividida ao acto eleitoral — entre uma C.D.E. de forte participação comunista e uma C.E.U.D. que reúne socialistas independentes e «velhos republicanos».

Também para a esquerda, a morte de Salazar tinha sido uma perda considerável. Com Salazar mestre e símbolo da dilatação e da opressão — a Oposição fica temporariamente sem um alvo facilmente reconhecível. As manobras «desesperadas» no sentido da identificação pura e simples de Caetano com o seu antecessor mostram bem até que ponto Salazar faz falta à oposição portuguesa.

Salazar morre — e com ele morre uma «frente unida» de oposição ao regime. A ala «dilettista» embarca alegremente no comboio marcelista; o «centro» aceita a candidatura, embora sob condições, pela U.N.; a «esquerda», pese embora aos esforços de aqui e dali, não consegue uma lista de unidade. Inesperadamente Salazar aparece aos olhos de muita gente como o factor que em última análise assegurava a coesão da Oposição em Portugal.

Caetano avançava. Nas paredes das ruas, o seu rosto, o seu sorriso, crescem, são as vedetas. Caetano parece ter tudo a seu favor.

As duas listas opositoras aceitam a ida às urnas — e com esse acto avalizam formalmente o regime. Marcelo aceita o controlo dos votos pela Oposição. Os resultados, a «forte participação» de eleitores — ratificada pela presença fiscalizadora de delegados das outras listas — confirmam as melhores previsões oficiais. Caetano é o chefe incontestado do Governo português.

As cartadas marcelistas acertaram em cheio — mas esta euforia havia de ser breve.

O próprio Caetano saberia quanto perspicado seria este optimismo. Até aqui ele tinha-se limitado a jogar em terrenos marginais. O grande teste, esse, estava ainda para vir. O momento de experimentar a sua força.

Na verdade, «o dia», para Caetano, nunca haveria de chegar. Aparentemente vencedor, Marcelo Caetano passa, num ápice, à situação de vencido. Com uma lógica implacável vê dia após dia fecharem-se-lhe as portas que à custa de arduos e habilidosos — à custa de muitos truques dos poucos que tinha para jogar — tinha conseguido entreabrir.

Casa, João Bernard da

Os actos
e as apostas

João Bernard da Costa

A memória e o medo
na Imprensa portuguesa (IV)

"NUNCA um ministro português é tratado na nossa imprensa senão por Sua Excelência e em termos louzaminheiros, quando não de genialidade", escrevia Francisco Pereira de Moura em 1967 num debate sobre o estatuto da imprensa em Portugal (1). E, no mesmo debate, Francisco Salgado Zenha notava: "É do conhecimento geral que a censura deixa passar todos os slogans, mesmo que atinjam as raias do ridículo ou do disparate, aos detentores do Poder e seus colaboradores. Com um bocadinho de paciência poderia até fazer-se um catálogo da gíria dos nomes perigosos a esse respeito, porque não há director-geral que não seja dotado de uma superior inteligência, o ministro é necessariamente um homem de emergência rara e excepcional, isto para não referir outras individualidades relativamente às quais não há superlativos na língua portuguesa com a força expressiva necessária para traduzir os sentimentos de prostração administrativa desejada".

Falava-se dos malefícios da censura. Mas que tinha a censura a ver com essa baroeca exibição de servilismo e essa festiva procissão de adjectivos? A primeira vista nada, pois que a censura existe para cortar e não para acrescentar. A segunda vista, tudo, pois que a censura perpetua num estado de modo generalizado e o medo fatalmente gerava essa patologia da sobrevivência que tão bem caracteriza os 48 anos que acabámos de viver.

Evidentemente ninguém obriga o jornalista a dizer que o discurso era notável ou que Sua Excelência dera mais uma vez provas da sua excecional inteligência — mas o aparelho repressivo obriga a que se tocassem a que quem usa dizia tinha as suas compensações e quem o não dizia sentia-se pelo menos suspeito, apinhado em flagrante delicto de falta de zelo. Quando — é só um exemplo — o ministro Caneças de Abreu falando da mãe do director, de sua graça Maria do Regate, dizia: "Oh supremo destino da Província, chamar-se Maria do Regate a mãe do homem que havia de resgatar Portugal!" (embora cite de memória, garanto que não exagero), sabia, provavelmente, que a afirmação havia de produzir sorrisos até em adeptos do regime com mais sentido do humor. Mas sabia que para lá dos sorrisos via lá havia de trazer certas vantagens e que o filho de tal mãe lhe havia de agradecer de alguma forma. Dal para baixo estava dado o tom e, na longa tradição de epistolas curvadas do português e funcionário (que, diga-se em abono da verdade, é muito anterior ao Estado Novo) cada um reverenciava o superior com epítetos semelhantes. As excecionalidades colocadas acima tinham sempre alto critério ("meu senhor, porém julgará Vossa Excelência em seu alto critério?"), tinha sempre que se dignar a escutar argumentos, tinha sempre "doutos" e "clarecidos" pareceres. Se assim se passava por toda a parte, como não haviam os jornalistas de participar? O medo que tinha tudo (como se diz no poema de O'Neill tinha-os a eles de modo particular, porque o que eles diziam, pelo impacto público de que se gozavam, ia permitir, do mesmo passo, a irresistível acção do senhor lisongeado e do escravo lisongeador. Ambos, com os destinos indissolúvelmente ligados.

Porque, embora muito grato julgue o contrário, o senhor acabava mesmo por acreditar na lisonja do escravo. Quando Américo Tomás se deslocava a uma das terras de Portugal e o esperava com palmas e vivas o "bom povo" pago para lá estar, é certo que ele sentia (ou presentia) a organização por trás da espontaneidade; quando, no dia seguinte, ia ao jornal que milhares de pessoas só tinha visto dezenas) e tinham vertido em inequívoca manifestação de carinho e respeito, é certo que ele sentia (ou presentia) que o carinho e respeito talvez não fossem tão inequívocos como tudo isso, mas também é certo que num caso como outro acabava mesmo por acreditar e provavelmente por utilizar os meios de informação contra as suas próprias dúvidas. Isto é, perante o que os jornais diziam (poder náutico da comunicação escrita) a verdade passava a ser outra, e não poucas foram as vezes em que se assintiu a membros do governo falarem do "apelo unânime", da "imprensa unânime", como se essa unanimidade exprimisse algo mais que subserviência, medo e censura.

Como se, disse. Mas a verdade é que exprime mesmo. Porque exprimindo uma demência de pensar criticamente, exprime de facto a abulia generalizada que tudo permitia. Exprime, de facto, um país que colectivamente se demitia de intervir, ou que não representado na classe social que a imprensa portuguesa representava e repressiva, não podia sequer intervir.

Ao nível dos que podiam, as atitudes eram opostas, mas com o mesmo resultado. Aquelas para quem sem veria a pena ler os jornais, porque "os jornais só dizem mentiras", e aquelas para quem a verdade "é que era verdade porque vinha no jornal". Ambas as atitudes eram procuradas pelos responsáveis, porque ambas acabavam por provocar igual desinteresse pela informação, igual demissão de leitura crítica. Dêdo o consentimento do intelectual ao jornal "onde nada se pode ler" ou do pequeno-burguês que tudo devotava, o que interessava era conseguir a mesma inofensividade da mensagem transmitida, a mesma inocuidade. A leitura do jornal era o épie diário e a lisonja, de que tanto vindo a falar, não era mais que um dos agentes dormitivos.

Deste sono, acordámos a 25 de Abril! E cndo para responder categoricamente que sim ou não, mas contém chamar a atenção para alguns sinais:

a) Habitados a ter que suportar as excecionalidades do inimigo, que tinham evidentemente a contrapartida nas balanças dos amigos, emite a tentação de reatuar na mesma mood. Os actuals detentores do Poder passaram a ser os excedentes e, mais uma vez o hábito faz o monge, passa-se a armá-los com os mesmos adjectivos antes dedicados a outros. Se durante tantos anos tive que ouvir superlativos para os Batistas, Silva Cunha, Raposo, Rebelo de Sousa, etc., como não me desloquei aplicando agora os mesmos superlativos aos novos ministros? O fenómeno é ambíguo, pois se de uma parte trazia a alegria de dizer finalmente o que sempre pensei, por outro lado trazia a mesma reverência passiva que me impediu de pensar Ministro sem pensar super-homem. Isto é, que me faz não colocar as

ideias e as pessoas que os servem nos seus devidos lugares. E a isto, com um sinal ou outro, continua a chamar-se **culto de personalidade**.

b) É sabido que um vocabulário corresponde a situações concretas determinadas. Até que ponto um determinado vocabulário provavelmente certo à situação que foi a dos opressores, não distingue para os oprimidos e não terão estes tendência a utilizá-lo, embora com o sinal oposto?

O "glorioso Movimento das Forças Armadas", expressão que diariamente os nossos jornais nos fazem ler, não será um eco da "gloriosa arrancada" do 28 de Maio? Os "homens sem sono" que tudo sacrificaram para o "país novo que temos que construir" até que ponto não são herdeiros do mito do grande sacrifício de Santa Comba Dão, o que sacrificou "família, cátedra, conforto" para "restituir Portugal aos portugueses"?

São apenas dois sinais, mas que devem servir para meditar. Não porque as realidades se equívalem, mas porque, exactamente porque não se equívalem, não podem ser servidas por figuras de retórica semelhantes. A vigilância revolucionária tem que passar por aqui, também.

Chegos à altura de tirar conclusões, o que se fará na próxima crítica. Mas por agora, e para quem tenha achado que o que foi dito é excessivo, não resisto a recordar um filme de desenhos animados checoslovaco que vi há anos.

Começava-se por mostrar uma cena da pré-história em que, a propósito da posse dum gruta, rebentava entre duas famílias a primeira "guerra". Seguiu-se a história de várias guerras, da antiguidade à idade atômica. Nesta última, o planeta ficava quase totalmente destruído, à excepção de alguns poucos sobreviventes que, numas montanhas, reconhecavam o viver pré-histórico. A certa altura, e por causa da posse dum gruta, rebentava entre duas famílias um conflito. Quando um dos conflituos pegava numa pedra para arremessar ao outro, o écran enchia-se de frases "cuidado" e "nunca mais" escritas em todas as línguas.

Na minha língua, o que tenho estado a dizer é apenas isto: "cuidado" e "nunca mais".

[1] — "O Estatuto da Imprensa, debate com F. Pereira de Moura, Álvaro Neves, Rogério Ferveirinha, Salgado Zenha," "Cinco dias de Hoje", n.º 6, Ed. Preto, Fundação, 1968.

Spínola e a Guiné

HOUVE mistérios que nunca ninguém decifrou: a Guiné, com Spínola, é um deles.

A partir de certa altura cai sobre a Guiné um manto de silêncio. A invasão da República da Guiné ficou sem explicação — embora se saiba, sem margem para dúvidas, que nela participaram tropas portuguesas e se afirmou até que a operação foi chefiada pelo hoje tenente-coronel Almeida Bruno (o mais próximo colaborador de Spínola). A situação é confusa. Corre o boato de que Marcelo Caetano está sob residência viável em Lisboa. O silêncio voia.

E com o silêncio, o boato. Os mistérios. E os mitos.

Amílcar Cabral é assassinado: há o cômico de quem? Do Governo Português? De partidários dissidentes? De conflitos rácio-tribais? De Sekou Touré?

O mistério adensa-se. Mas depois de um acontecimento, e depois do outro, ninguém mais deixa de pensar na Guiné e no monólito do General.

António de Spínola. O velho. O caço. O olho-de-vidro. O General-Fogo. A sua figura, a sua vida — que ganha o tamanho de lenda — entra na vida das pessoas e na rotina da imprensa estrangeira.

Vitor Dória, chefe de redacção da «República», visita a Guiné em Outubro de 1972, a convite pessoal do seu governador-geral, e escreve em reportagem cortada pela censura:

A segunda surpresa, confesso-o lealmente, vive-a logo que me avistei com o general António de Spínola no seu gabinete de governador.

A imagem que dele idealizava, e corresponde, certamente, é de muitos dos meus leitores, cai por terra ao primeiro contacto. Não se adivinha, nem só dos seus gestos, numa única atitude, como depois nas palavras e no convívio, a menor característica do militar rígido, de corpo lúteo e espírito inflexível. Pelo contrário: a farda veste-a tão à vontade como qualquer elegante usa o smoking; o sorriso franco sabilha constantemente a palavra fácil e ágil; o próprio monólito, em vez de lhe endurecer a figura, dá ao rosto arredondado um toque subtil de mais para linha romântica. É este «homem novo» para mim quem me recebe afevelmente e com o qual mantenho conversa chã e despida de preconceitos ao longo de mais de quinze horas repetidas por quatro encontros verificados durante a minha curta estada na Guiné.

A surpreendente revelação — a troca de um símbolo nazí pela imagem de um homem coerente — sinto-a confirmada no que ouço e vejo em escassos sete dias. Nas duas derradeiras sessões do último conselho legislativo, a que assisto, admiro-me como o tom perfeitamente democrático com que são discutidas e votadas alterações ao projecto

de reforma de Estatuto da provincia, por forma a ajustá-lo aos princípios consignados na nova Lei Orgânica do Ultramar.

A expectativa cresce. Os soldados que regressam da Guiné têm uma admiração quase fanática pela pessoa de Spínola. A importância «política» do general é um facto incontestável.

A medida que cresce o seu prestígio a preocupação da extrema-direita é cada vez mais clara: ainda está fresca na memória a recordação de Humberto Delgado.

O silêncio é sepulcral.

A inquietação das direitas relativamente à Guiné e a Spínola não era injustificada: é na Guiné que vai nascer um dos pólos de formação do Movimento dos Capitães, o qual iria dar origem ao M.F.A.; é da Guiné, também, que sai aquele que haveria de ser o seu principal chefe militar — o seu «cabo de guerra»; o (então) capitão Saraiva de Carvalho; é na Guiné, ainda, que se realiza uma experiência política que se havia de revelar decisiva — decisiva porque estabelece, em termos práticos, uma alternativa viável à política governamental. Depois da Guiné, Portugal sabe que há outras soluções para a guerra — além da guerra. A Guiné é mergulhada no silêncio porque a política do seu Governo põe em causa, na base, toda a política colonial do Governo central.

Mas se a Guiné — onde com Spínola, e sob o fascismo, já vigoram certas instituições democráticas e se vive um clima de relativa legalidade — é uma «base» política e militar importante para a maneira do Movimento, se nela se realiza uma experiência que lá muito para além dos seus próprios limites geográficos, convém não esquecer o papel preponderante desempenhado pela luta nas outras colónias — verdadeiramente, o 25 de Abril, passa, inteirinho, por África e pelo Império.

— O meu general já viu um homem ficar sem pernas e com os cotos a correr pelo mato, a jorrar sangue, os ossos suspensos como farrapos, e a gritar que lhe dêem um tiro pelo amor de Deus?

— Mas isso são coisas da guerra

— Pois são.

E o caso do alferes Moraes que durou um quarto de hora após um grande abraço de despedida ao sair com a escolta? Trouxeram-no de volta, sem olhos, e um sorriso amargo ao morrer: «é só mais um».

— A guerra é assim, e não há nada a fazer.

— Nada a fazer, não. Co cinquenta e quatro anos de vida de e duzentas acções de fogo, chegou a uma conclusão: é preciso acabar com isto o mais depressa possível. (2)

Resposta imediata dos oficiais subalternos à incapacidade do Governo para encontrar uma saída para a guerra colonial, e 25 de Abril teve nos movimentos africanos poderosos aliados. Como adiante se verá — e mais disso, se sabe — a guerra colonial vai acelerar decisivamente a degradação da economia do Estado Novo; vai aumentar o isolamento internacional do País; vai colocar o País em estado de «pecado mortal»; contribuir para a quebra de unidade da Igreja e conduzir directamente ao esfriamento das relações entre o Estado e o Vaticano; vai aringar Portugal para um beco da História.

É preciso que isto fique bem claro: tal como os combatentes, cá dentro, os guerrilheiros da África lutavam contra o fascismo. Para uns e para outros o inimigo é o mesmo: para ambos, o objectivo prioritário é o derrube do Governo colonialista. Foi isso que custou a entender — foi isso que acabou por ser entendido.

A guerra cansa. As armas que se voltam hoje contra o Estado Novo são exactamente as mesmas que até hoje o tinham defendido nas colónias.

A guerra cansa — e para além disto pode ainda esclarecer.

Os inimigos de antes são aliados de agora — contra o inimigo comum.

A guerra cansou — mas a sua experiência acabou por se aproveitada: ao trazer, para a Esclerose portuguesa um elevado grau de profissionalização, lá contribuiu, como qualquer guerra de guerrilha, para um aumento de importância dos quadros intermédios de oficiais (numa guerra deste tipo, em que o inimigo tem grande mobilidade e o «sistema das operações» se encontra a grandes áreas, os quadros ditos «operacionais» têm grandes responsabilidades maiores e por isso maior importância), ao provocar, ainda — e como consequência mesmo — que fica — uma clareza entre os quadros intermédios e os quadros superiores de oficial. A guerra colonial possibilitou, 25 de Abril nos termos em que ele foi feito.

225